

COMITÊ ESTADUAL EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA - PARAÍBA

RELATÓRIO DO ENCONTRO PARAIBANO DE EDUCAÇÃO 2016

Reunidos nas dependências da UFCG no Campus de Campina Grande, 105 docentes, servidores e estudantes das redes públicas municipais, estadual e federal de Educação do Estado da Paraíba aprovaram as seguintes RESOLUÇÕES no Encontro Paraibano de Educação:

GT Gestão e Financiamento	Coordenador: Marcio Silva	Secretário: Daniel Antiquera
1) Que as entidades e movimentos sociais e populares atuantes e ligados à temática da defesa da educação pública na Paraíba busquem estabelecer mecanismos de diálogo mais efetivos com os setores integrantes das comunidades escolares/acadêmicas, visando à ampliação e à qualificação dessa luta no Estado.		
2) Deflagrar, a partir de deliberação do II ENE, uma campanha em defesa das eleições diretas, esgotadas no âmbito das instituições, dos dirigentes escolares, em todos os níveis.		
3) Para o ENE: planejamento e deflagração, a partir de agosto de 2016, de uma Campanha Nacional Unificada em defesa das eleições diretas, esgotadas no âmbito das instituições, dos dirigentes escolares em todos os níveis.		
4) Promover uma campanha permanente contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais. Trabalhar pela constituição de Comitês Locais, Estaduais e Nacional contra a Repressão, lutando pelo fim dos processos políticos dentro e fora das universidades, readmissão de sindicalistas demitidos e expulsão da PM das universidades.		
5) Lutar pela mais completa liberdade de ensino científico, de crítica e de manifestação e organização políticas.		
6) Defender a liberdade de organização, expressão e greve de servidores e estudantes tanto da educação básica quanto de ensino superior.		
7) Pela autonomia da Assembleia Escolar e livre reunião da comunidade escolar para discutir e decidir sobre os problemas que afetam a educação.		
8) Direito dos estudantes à organização de grêmios livres, democráticos e combativos.		
9) Recuperar/fortalecer a autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira das escolas e universidades, rechaçando toda e qualquer interferência externa, através de bases curriculares, que interferem diretamente, nas decisões e planejamentos dos professores.		
10) Por uma gestão integralmente pública das instituições de ensino em todos os níveis da educação pública.		
11) Fim da lista tríplice para as universidades, respeitando, dessa forma, a escolha democrática da comunidade acadêmica.		
12) Lutar pela autonomia como autogoverno da comunidade universitária e escolar.		
13) Denúncia da dívida pública e seus impactos na educação. Contra o veto à auditoria da dívida.		
14) Pelo fim dos recursos públicos a instituições privadas e a proibição de educação com fins lucrativos.		
15) Acompanhamento sistemático da execução orçamentária do Estado da Paraíba pelo Comitê em Defesa da Educação Pública PB.		
16) Contra o Ajuste Fiscal e o PLP 257/2016.		
17) Propiciar formações sobre a dívida pública, o sistema de financiamento e execução orçamentária.		

18) Luta conjunta pelo piso salarial, sua garantia e aumento, e também pela data-base daqueles setores que ainda não possuem.
19) Combate a qualquer forma de escalonamento de reajustes salariais, bem como de repasses aos estados e municípios.
20) Não às desvinculações de receitas da Educação e por vinculações definitivas. Combate à PEC 87/2015.
21) Por Emenda à Constituição que vincule porcentagens de todos os tributos à educação, não só impostos.
22) Acrescentar à bandeira dos 10% para a Educação exclusivamente pública já, a previsão de que, quando houver recessão, o valor a ser considerado será o do último ano antes do saldo negativo.
23) Exigir que cessem imediatamente os subsídios e os financiamentos ao ensino privado. Que todas as dívidas dos estudantes sejam canceladas e o montante pago devolvido; que todos os estudantes do PROUNI e do programa FIES sejam transferidos para a rede pública, mediante expropriação da rede privada.

GT	Formação e Trabalho Docente	Coordenadora Graças Baptista (ADUFPB)	Secretária: Soraia de Carvalho (CPE/POR)
			Relatora: Luciana Leandro (UFCG)
			1) Que se constitua como perspectiva da formação em educação a garantia da articulação teoria/prática no sentido da centralidade do trabalho como princípio educativo, o que implica na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na relevância do estágio nessa formação.
			2) Que seja garantido, efetivamente, o estágio de docência como um momento de unidade teórico-prático de forma que o discente possa vivenciar as contradições da ação docente no espaço escolar.
			3) Estabelecer um amplo debate sobre a Universidade Aberta do Brasil, suas formas de financiamento, implantação, organização da relação universidade/prefeitura e demais questões envolvidas.
			4) Defesa de Previdência e Seguridade Públicas. Pela derrubada da Reforma da Previdência! Derrubada da Lei 12.772/12 e combate ao PL 257 que acentuam a precarização da carreira e trabalho docente.
			6) Contra a terceirização e a privatização nas instituições públicas de educação e pela defesa do concurso público em todos os níveis.
			7) Aplicação imediata da Lei do Piso (Lei n. 11.738/2008) no que se refere à jornada de 1/3 fora da sala.
			8) Piso salarial de acordo com o salário mínimo vital e escala móvel de salários, com reajustes automáticos em relação à inflação.
			9) Escala Móvel das Horas de trabalho, com divisão das horas de trabalho entre todos aptos a trabalhar, sem redução salarial.
			10) Fim de todas as leis que precarizam o ensino, as condições de trabalho e destroem conquistas do magistério.

GT Acesso e Permanência	Coordenador: José de Araújo (SINTEF PB CG)	Secretário: Jonas Carvalho (APES-PB)
		Relator: Jefferson Diogo (UFPB)
1) Garantia de acesso à educação pública em todos os níveis. Que o estado garanta esse direito a todos que queiram continuar os estudos. Expansão da rede escolar de acordo com as necessidades, garantir as condições materiais de ingresso. Fim da regulamentação que impede os jovens a voltarem para a escola e cursarem a série em que estavam, sendo obrigados a se inserirem na EJA (Educação de Jovens e Adultos). Fim da fragmentação entre os níveis de ensino, fundamental, médio e superior. Fim dos vestibulares/SISU. Defesa do acesso irrestrito.		
2) Garantia de permanência como parte do direito à educação: Residência Universitária a todos que necessitam morar na universidade. Alimentação gratuita a todos estudantes: contra a privatização e a cobrança de taxas nos restaurantes universitários; ampliação e construção de novos RU		
3) Defesa da vida das crianças e da juventude oprimida. Fim da exploração do trabalho infantil. Construção e ampliação de creches, com garantia de que todas as mães que delas necessitem sejam imediatamente atendidas. Nenhuma criança e jovem fora da escola. Para a juventude, combinar o trabalho com o estudo; nenhum jovem fora da produção social – quatro horas na produção e o restante na escola, salário de acordo com suas necessidades.		
4) Defender o Passe Livre para estudantes e desempregados, salário mínimo vital e estatização do sistema de transporte coletivo, sob controle operário.		
5) Oferta de bolsas auxílio e alimentação para estudantes da escola pública, inclusive com garantias para alimentação nos finais de semana para todos os níveis de ensino.		
6) Garantia de estruturas físicas e funcionais para as instituições educacionais públicas do ensino básico ao superior.		

GT Etnia Indígena	Coordenador Eduardo Guimarães	Secretária
1. Respeitar e cumprir o parágrafo primeiro do artigo 231 da Constituição Federal de 1988 que trata do direito permanente dos povos originários em seus territórios.		
2. Formação permanente aos educadores do Ensino Básico e Superior sobre a história, cultura indígena e quilombola de acordo com a Lei 11.645/08.		
3. Fortalecimento da luta contra a discriminação, racismo, exclusão e assédio moral e sexual contra povos indígenas, mulheres, comunidades LGBT, quilombolas e comunidades tradicionais (ciganos, terreiros e ribeirinhos).		
4. Lutar por educação em todos os níveis do Ensino Básico, em tempo integral, assegurado preferencialmente por educadores pertencentes aos povos originários		
5. Lutas contra quaisquer tipos de perseguição e extermínio a pessoas negras, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, ciganas, comunidades de assentamento rural, mulheres e comunidade LGBT.		
6. Assegurar a pena por crime de racismo a todos que assim agirem contra aborígenes, negros, quilombolas, membros de comunidades ribeirinhas, ciganos, mulheres e comunidades LGBT.		
7. Assegurar, de forma crítica, o ensino de história dos povos originários, quilombolas e cigana, sobretudo quando se trata de datas comemorativas como 19 de abril e o 13 de maio.		

GT Etnia Quilombola	Coordenador Eduardo Guimarães (ADUFPB)	Secretária
1. Lutar pela demarcação das terras quilombolas, garantindo a emissão do título de posse de seu território.		
2. Lutar pela igualdade de direitos.		
3. Lutar por creches em período integral para todos os filhos da classe trabalhadora.		
4. Defesa das cotas raciais.		
5. Implementar e efetivar as diretrizes nacionais para a educação escolar quilombola nas esferas estaduais e municipais.		
6. Contemplar, na formação de professores, com conteúdos obrigatórios e específicos das questões étnico-raciais, em cumprimento às leis 10.639/03, e 11.645/08, e as diretrizes curriculares existentes.		
7. Combate a todas as formas explícitas ou implícitas de preconceito, racismo.		
8. Cobrar a implementação da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas públicas e particulares do Ensino Fundamental até o Ensino Médio.		
9. Lutar pela garantia do direito à autodefinição da identidade étnica-racial.		
10. Lutar contra o racismo institucional na esfera pública e privada.		
11. Adoção de estratégias de socialização e de promoção de uma educação sem racismo, tendo como objetivo mudanças de comportamentos e práticas.		
12. Adoção de estratégias de socialização e de promoção de uma educação sem racismo, tendo como objetivo mudanças de comportamentos e práticas.		

GT Gênero e Sexualidade	Coordenador Eduardo Guimarães (ADUFPB)	Secretária
1. Equiparação salarial, independente de gênero, orientação sexual e etnia.		
2. Luta contra o machismo na ocupação dos campos e defesa na paridade de gênero.		
3. Extensão da licença maternidade de 180 dias para todas as mulheres, rumo a um ano e, no caso da ausência da mãe, que este prazo seja estendido ao responsável, garantia de 30 dias de licença paternidade sem penalidade salarial.		
4. Aprovação imediata da PL 122/6, Lei que criminaliza a LGBTfobia		
5. Luta pela garantia do direito à autodefinição da identidade de gênero e garantia de reconhecimento do nome social.		
6. Luta pela descriminalização e legalização do aborto gratuito assegurado pelo estado.		
7. Assegurar de forma crítica o estudo sobre a diversidade sexual e de gênero, no âmbito das escolas, situando, inclusive, o 8 de março e o 17 de maio.		

Campina Grande, 21 de maio de 2016

Comitê Estadual em Defesa da Educação Pública – PB

E-mail: cdep.pb@gmail.com